



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Contribuições da EPSM para estudos nas Relações Internacionais

Rosângela de Lima Vieira

Como citar: VIEIRA, R. de L. Contribuições da EPSM para estudos nas Relações Internacionais. *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 1** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 107-118.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-801-9.p107-118>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

7.

CONTRIBUIÇÕES DA EPSM PARA ESTUDOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Rosângela de Lima Vieira

INTRODUÇÃO

Os estudos de Relações Internacionais vêm ganhando relevância, enquanto área do conhecimento acadêmico, dada a realidade das relações globalizadas e complexas do mundo contemporâneo. Enquanto objeto material de estudo, caracteriza-se por apresentar fronteiras abertas a contribuições de diversas ciências. O presente texto objetiva realizar novas considerações sobre a natureza específica desta área do conhecimento, a partir da abordagem sistêmica da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM).

Essa abordagem apresenta importantes subsídios de ordem metodológica para uma análise inovadora sobre a natureza das Relações Internacionais, levando em conta que a complexidade visível do cotidiano exige novas abordagens que propiciem um exame mais global das RI, bem como de suas articulações e particularidades.

Para tal tarefa, desenvolveremos aqui duas contribuições metodológicas da EPSM para os estudos das RI: a abordagem histórica num recorte de longa duração e um olhar necessariamente interdisciplinar; também demonstraremos que tais inovações permitem resultados qualitativamente diferenciados de temas essenciais para as Relações Internacionais, como, por exemplo, o papel do Estado.

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais ocorrido de 29 a 31 de julho de 2015 – PUC / Belo Horizonte-MG.

1 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA EPSM

A Economia Política dos Sistemas-Mundo é uma abordagem das Ciências Sociais constituída a partir de

[...] quatro princípios metodológicos [que] foram desenvolvidos no processo de criação coletiva da ASM: as Ciências Sociais deveriam ser históricas, a unidade de análise deveria ser o sistema mundial (em lugar da economia/estado/sociedade nacional), a temporalidade de referência deveria ser a *longue durée* braudeliana e o enfoque necessariamente unidisciplinar [...] Não é difícil perceber o quanto esta proposta desafiava cada disciplina em particular e o conjunto delas. (VIEIRA et al., 2012, p. 8).

1.1 A ABORDAGEM HISTÓRICA DE LONGA DURAÇÃO BRAUDELIANA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por que a abordagem histórica tem contribuições específicas para os estudos da área das Relações Internacionais? Porque sendo as RI um objeto de estudo propriamente interdisciplinar, a análise de questões a partir do processo histórico permite fugir das teorias *a priori* de interpretação dos fatos históricos e buscar as relações e interconexões com as demais ciências, como realizou o historiador Fernand Braudel², em sua obra. Ele apresentou análises históricas a partir de pesquisas empíricas.

Quando nos reportamos à Economia Política dos Sistemas-Mundo, temos como referência três pesquisadores fundamentais dessa perspectiva: o historiador Fernand Braudel, e os sociólogos Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Em conjunto, suas obras construíram as bases dessa abordagem da história do capitalismo, tendo como metodologia uma análise histórica de longa duração dos temas em foco e, por princípio, um conceito de capitalismo como o conjunto de estratégias para garantir taxas de lucro excepcionais, desde a passagem do século XV para o XVI.

² O historiador Fernand Braudel tem contribuições fundamentais para a área de história e para as demais ciências humanas, dentre elas se destacam as de caráter metodológicos, principalmente a concepção das múltiplas temporalidades; além disso, por causa de sua inovadora postura metodológica ele ofereceu novos conhecimentos históricos, que podemos exemplificar com sua análise do capitalismo no período do século XV ao XVIII. A interdisciplinaridade de Braudel é fundamental em suas obras. Sobretudo a geografia e a economia são constituintes de sua análise histórica. No caso da obra “Civilização Material, Economia e Capitalismo” seu estudo do período dos séculos XV ao XVIII ganha em qualidade exatamente por traçar a gênese do capitalismo por tecer suas interpretações a partir do conjunto das ciências humanas. A esse respeito vale lembrarmos “Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam a mesma linguagem ou podem falá-la.” (BRAUDEL, 1992, p. 54).

As obras de F. Braudel foram fundamentais para a EPSM e suas contribuições são de duas vertentes: uma metodológica e outra de conteúdo. Quanto à primeira, o historiador francês foi quem criou a metodologia para a análise das múltiplas temporalidades e diferentes durações temporais. Ele cunhou o arcabouço tripartite temporal: de “curta duração” – identificada com o factual e de mudanças superficiais, o tempo individual; a “média duração” – que se caracteriza pela duração de uma conjuntura, o período de algumas décadas, o tempo social; e a “longa duração” – período multissecular necessário para mudanças profundas e para a formação de novas estruturas históricas, tempo de mudanças lentas.

Braudel observou ainda que a relação dialética entre os fatos, conjunturas e estruturas históricas é fundamental na compreensão dos processos históricos e de suas articulações que facilitam ou dificultam as mudanças e as permanências históricas. Trata-se de uma observação da velocidade das mudanças: daquelas de fluidez semelhante à luz de um vaga-lume até a lentidão que induz à percepção do “quase imóvel” na história.

A título de exemplo, poderíamos analisar os Tratados de 1810 entre a Inglaterra e Portugal. Foram dois acordos: de Comércio e Navegação; e de Aliança e Amizade. A formalização de ambos são fatos e, portanto, fenômeno de curta duração. Em conjunto estabeleceram as regras para o comércio entre as duas nações e normatizaram as taxas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses a serem pagos pela colônia. Tais fatos também fazem parte da Era Napoleônica, que por sua vez insere-se na conjuntura histórica da disputa pela hegemonia mundial entre França e Inglaterra. Contudo, ao observarmos a relação entre o fato e a conjuntura, notamos que a assinatura dos acordos instaurou uma nova conjuntura para a economia colonial e para o império britânico. Num corte temporal ainda mais longo, chega-se a uma estrutura histórica de longa duração: a dependência da colônia portuguesa e depois da nação recém implantada em relação aos interesses britânicos. A análise, a partir das durações temporais, revela o processo de construção da hegemonia britânica no século XIX e a condição de subalternidade de Portugal e conseqüentemente do Brasil contribuindo para a afirmação do poder inglês.

A segunda contribuição de Braudel – o conceito de capitalismo –, deduzida de sua postura metodológica inovadora, resultou de suas pes-

quisas do período dos séculos XV ao XVIII que lhe permitiram apreender a gênese do capitalismo. Para ele a economia apresenta três níveis distintos e que não devem ser confundidos: a economia de subsistência, a economia de mercado e o capitalismo.

Tal distinção entre mercado e capitalismo tem como principal elemento a liberdade de ação. Enquanto a economia de mercado obedece à lei da oferta e procura; o capitalismo distingue-se exatamente pela capacidade de fugir às flutuações do mercado. O capitalismo caracteriza-se pelo arbítrio da escolha, pela formação de monopólios e outras estratégias que lhe permitem estar acima da “lei de mercado” e assim, assegurando lucros extraordinários. (VIEIRA, 2010, p. 3-4).

Resultou daí sua conceituação de capitalismo como um conjunto de estratégias antimercado, ou seja, a busca de taxas de lucro superiores àquelas obtidas no nível da economia de mercado.

Os aspectos metodológicos e essa conceituação de capitalismo são fundamentais para a EPSM. Tanto I. Wallerstein como G. Arrighi partem desses elementos na constituição de suas obras. Assim, o capitalismo, estudado na longa duração histórica desses últimos cinco séculos, tornou-se a base para a construção da abordagem sistêmica.

A análise do capitalismo histórico deve, portanto, ser entendida na perspectiva sistêmica. Nesse sentido há de ressaltar que o uso dessa expressão se dá pelo nível de autonomia e pelo funcionamento seguindo sua própria lógica; também por possuir limites temporais, ou seja, tem começo e fim – caso contrário, não seriam históricos; e por último, percebermos que todos os sistemas históricos expressam limites espaciais que podem se alterar conforme sua lógica de ação. Veremos mais adiante como esta postura teórico-metodológica pode oferecer novas bases para uma análise inovadora das RI no contexto contemporâneo.

1.2 A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA EXIGÊNCIA NOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A necessidade de alçar as Relações Internacionais, enquanto área específica de pesquisa, e não apenas como um tema das Ciências Políticas,

deu-se exatamente pela realidade complexa das questões de ordem internacional exigir, para muitos, uma observação multidisciplinar³, dado seu próprio perfil.

Basicamente isto se deve a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar é forçoso reconhecer que o processo de formação do sistema mundial através da transformação da economia mundo capitalista em um sistema global completou-se apenas durante o século XX. Por outra parte, apenas no século XX, completou-se o processo de descolonização que formou um sistema inter-estatal [sic] global que atualmente gira em torno de 200 Estados. O estudo desta complexa realidade, suas instituições e inter-conexões exigiu um esforço teórico-conceitual que não podia ficar restrito às disciplinas do século XIX. Utilizando várias construções elaboradas em outras áreas e adaptando-as ao estudo de RI, surgiu, portanto, um campo autônomo e fecundo, que ainda se desenvolve e procura atingir maturidade. (VOIGT, 2007, p. 103).

Contudo, a complexidade das próprias relações internacionais não é esgotada pelas abordagens multidisciplinares. Uma observação mais densa do processo histórico aponta que a ótica multidisciplinar ainda não é suficiente para se alcançar o enredamento e as articulações em que se dão os fatos de ordem internacional.

Encontramos então aí uma especificidade em que a perspectiva interdisciplinar – e não apenas a multidisciplinar – se impõe necessariamente. Isso significa que não basta colocar em diálogo de justaposição a ciência política, a história, o direito, a economia, e a geografia por exemplo. Estamos afirmando que a área das Relações Internacionais é essencialmente interdisciplinar por sua ‘natureza’ não prescindir de um olhar que exige a convergência de múltiplos elementos. Ou seja, trata-se de uma área eminentemente relacional.

É justamente esta uma das contribuições da EPSM, pois ela se afirma e busca incessantemente a abordagem interdisciplinar, como vimos. E como a área das RI constitui-se num todo complexo e multidimensional, sua análise somente pode ocorrer numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o objeto de estudo, das Relações Internacionais é, em si, interdisciplinar.

³ Vale sempre lembrar a distinção entre uma abordagem “multidisciplinar” e a “interdisciplinar”. Essa se distingue da multidisciplinar, pelo fato de não ser a simples somatória de vários ângulos diferentes, mas de assumir o próprio objeto de estudo como um todo, com pressupostos teóricos e metodológicos comuns a várias áreas do conhecimento.

Aliás, Wallerstein, ao referir-se aos limites dos paradigmas do século XIX, sugere um degrau acima e recomenda a unidisciplinaridade como fundamento metodológico para o que ele nomeia como “ciências históricas”. “A análise dos sistemas-mundo conclamava a uma reorganização drástica do marco intelectual das ciências sociais, convocando para uma reorganização unidisciplinar.” (WALLERSTEIN, 2012, p. 27).

Essa posição decorre exatamente por ele analisar o capitalismo como um sistema social histórico, Wallerstein afirma:

A expressão “sistema histórico” não costuma ser usada nas ciências sociais. Na verdade, em geral a maioria dos cientistas sociais a consideraria anômala. Os que enfatizam o histórico minimizam em larga medida ou negam o sistêmico. Os que enfatizam o sistêmico normalmente ignoram o histórico. Não que, na qualidade de questão abstrata, não se reconheça a importância de reconciliar essa dicotomia [...] na prática tem havido forte pressão institucional para seguir numa ou na outra direção daquilo que, no final do século XIX, foi chamado de *Methodenstreit* entre as formas idiográfica e nomotética de saber acadêmico no domínio da vida social. (WALLERSTEIN, 2006, p. 265).

Wallerstein procurou resolver a dicotomia entre histórico e sistêmico observando a realidade social enquanto sucessão de mudanças e permanências interagindo simultaneamente sobre estruturas históricas de longa duração, como indicado por Braudel.

A proposta de Wallerstein tem, portanto, muito a oferecer à área das Relações Internacionais. Pois a base dessas relações é esse sistema social histórico, ou seja, o sistema-mundo capitalista constitui-se na estrutura histórica das Relações Internacionais. E sua análise exige uma ótica abrangente que a EPSM apresenta.

2 O PAPEL DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA PERSPECTIVA DA EPSM

Para demonstrar a contribuição inovadora da abordagem da EPSM para análise das relações internacionais, apresentamos como amostra, considerações sobre o papel do Estado neste contexto.

As abordagens clássicas da área de Relações Internacionais – realismo, liberalismo e suas variantes – possuem pressupostos diferentes ao que tange o papel do Estado. Para o Realismo, o Estado possui “[...] duas funções precisas: manter a paz dentro das suas fronteiras e a segurança dos seus cidadãos em relação a agressões externas.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 24). E o poder de cada Estado é definido “[...] em comparação com os demais com os quais compete.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 29). Para os autores dessa vertente, o Estado tem a primazia de ser o sujeito nas RI. “Os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do *interesse nacional*.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 25, grifo dos autores). Já os autores liberais, olvidadas as diferentes vertentes, destacam outros sujeitos nas RI, como o mercado livre, e as instituições internacionais. E segundo Nogueira e Messari,

Nos últimos 20 anos, fortaleceu-se o senso comum de que o ordenamento do sistema internacional passa, necessariamente, pelo fortalecimento de instituições, pelo crescimento do comércio internacional e pela difusão de valores liberais. Da mesma forma, é forte a convicção em torno da ideia de governança global, ou seja, de que é necessário construir estruturas de autoridade de alcance mundial, mesmo que isso represente uma redução da autonomia dos Estados. (2005, p. 102).

Para Wallerstein, os Estados surgem dentro de um conjunto, o sistema interestatal, na mesma conjuntura da gênese do capitalismo histórico. O sistema capitalista requer uma relação muito particular entre os produtores econômicos (cadeias mercantis) e os que detêm o poder político (Estados nacionais) (WALLERSTEIN, 2010, p. 32-35). Como exemplificamos anteriormente, os Tratados de 1810 entre a Inglaterra e Portugal, ilustram também esse aspecto da relação entre os elementos de ordem política e os econômicos. A Inglaterra utilizou de seus dotes políticos e militares para exigir a assinatura dos acordos. Mas a quem de fato estes interessavam? No início do século XIX, a Inglaterra vivia um cume industrial, o qual determinava uma urgente ampliação do mercado consumidor para seus produtos. Assim assinar acordos econômicos que incluíram taxas alfandegárias benéficas proporcionou à burguesia industrial inglesa um próspero mercado a ser abastecido.

O capitalismo, como analisa Braudel, caracteriza-se por grandes transações comerciais e financeiras, em que o capital é dotado de mobilidade e flexibilidade, com uma liberdade de escolha que está acima das regras da economia de mercado. O esforço capitalista é, portanto, para ultrapassar fronteiras e limites do próprio mercado – nem sempre ocorrendo de forma linear e progressiva – atingindo assim suas metas globais de maximização de lucros (VIEIRA, 2006, p. 107). Braudel encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” (BRAUDEL, 1985, p. 70).

Para os capitalistas, Estados soberanos são importantes por vários aspectos:

- 1] Os estados impõem as regras sobre a troca das mercadorias, do capital e do trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras.
- 2] Criam as leis concernentes aos direitos de propriedade dos estados.
- 3] Criam as regras concernentes ao emprego e à compensação dos empregados.
- 4] Decidem os custos que as companhias devem assumir.
- 5] Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados, e até que ponto.
- 6] Cobram impostos.
- 7] Por último, quando as companhias estabelecidas dentro de suas fronteiras vierem a ser afetadas, podem usar seu poder no exterior para influenciar as decisões de outros estados. (WALLERSTEIN, 2010, p. 68).

Observa-se, então a importância fundamental do Estado para a acumulação de capitais. E “A relação entre os estados com as empresas é a chave para o entendimento do funcionamento de uma economia-mundo capitalista.” (WALLERSTEIN, 2010, p. 69). Apesar do discurso ideológico de não interferência, os empresários recorrem ao Estado para atingir seus objetivos. Como vimos no caso dos Tratados de 1810, a diplomacia britânica negociou os acordos em benefício dos capitalistas compatriotas.

Também é o Estado que oculta as trocas desiguais, ou seja, a própria estrutura da economia-mundo capitalista, na separação aparente entre a área econômica e a área política.

[...] os processos de acumulação do capitalismo levaram à sua concentração geográfica [...]; visto que a troca desigual responsável por ela fora possível graças à existência de um sistema interestatal composto por

estados hierarquizados; e visto que as máquinas estatais tinham poder de alterar as operações do sistema [...] (WALLERSTEIN, 1985, p. 51).

Também cabem aos Estados soberanos as facilidades para a transnacionalidade das cadeias mercantis. Outra característica da economia-mundo capitalista é a coincidência da concentração de capitais no centro com estados fortes, pois a importância do Estado também é observável na criação de vantagens monopolistas. Assim, pode-se afirmar que cabe aos Estados a interferência nas cadeias mercantis, na regulação ou ausência dela nas questões relativas ao trabalho e ao capital em geral. Ou seja, cabe aos Estados “A homogeneidade nacional no interior numa heterogeneidade internacional é a fórmula numa economia-mundo.” (WALLERSTEIN, [197-?], p. 343).

E o equilíbrio de poder é consequência da rivalidade interestatal, pois esta garante que não haja um Estado que possa alcançar seus objetivos na arena internacional sem o aceite de vários outros membros. No moderno sistema-mundo capitalista, isso ocorre porque os Estados centrais têm buscado uma hegemonia; sendo, portanto, capazes por algum tempo “[...] de estabelecer as regras do jogo no sistema interestatal, em dominar a economia-mundo (na produção, comércio e finanças), em obter seus objetivos políticos com o uso mínimo da força militar [...]” (WALLERSTEIN, 2010, p. 83).

O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, [...] não foi a concorrência entre os Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo. (ARRIGHI, 1996, p. 13).

Paralelamente a esse processo ocorreu a hierarquização do sistema-mundo capitalista em centro / periferia / semiperiferia.

Os estados fortes servem os interesses de alguns grupos e prejudicam os de outros. No entanto do ponto de vista do sistema mundial como um todo, se tem que existir uma multidão de entidades políticas (isto é, se o sistema não é um império-mundo), então não pode dar-se o caso de que todas estas entidades, sejam igualmente fortes. Porque se o fossem, estariam em condições de bloquear o funcionamento efectivo [sic] de entidades econômicas transnacionais cujo centro estivesse noutra estado. [...] Isto implica então que a economia-mundo

desenvolve um modelo em que as estruturas do Estado são relativamente fortes nas áreas do centro e relativamente fracas na periferia. (WALLERSTEIN, [197-?], p. 343-344).

E também:

Os estados, como temos realçado, existem dentro do quadro de um sistema interestatal, e sua força relativa não é apenas o grau em que podem exercer sua autoridade no interior com também o grau em que podem manter suas cabeças no alto no competitivo meio do sistema-mundo. (WALLERSTEIN, 2010, p. 80).

Os Estados mais fortes vinculam-se com os mais débeis, pressionando-os para que mantenham suas fronteiras abertas ao fluxo dos fatores de produção úteis às empresas centrais, para que se adaptem às suas necessidades políticas e para que aceitem suas práticas culturais, mas que não ajam com reciprocidade em nenhum dos casos (WALLERSTEIN, 2010, p. 80).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso aqui desenvolvido buscou demonstrar que as posturas metodológicas da EPSM – sobretudo duas delas: a abordagem histórica de longa duração e a postura interdisciplinar – proporcionam um olhar inovador das RI, em que a imbricação entre o Estado e os interesses do grande capital é elemento fundamental para a compreensão da realidade capitalista.

Assim, para a EPSM, as esferas política e econômica, ou seja, o Estado e as cadeias mercantis são indissociáveis. E, no sistema capitalista, cabe aos Estados o papel de facilitar a implementação de estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais para o desenvolvimento do capitalismo. São dois subsistemas articulados.

Portanto, nas análises no campo das Relações Internacionais, pendermos somente a uma dessas esferas a condição de protagonismo histórico apresenta-se insuficiente. Ambas condicionam e determinam as relações interestatais. E deste modo as Relações Internacionais, enquanto área de estudo, não pode prescindir de observar as relações entre a economia e a

política. Também somente a partir dessa intersecção se pode compreender a relação entre local e o global. E é por isso que a EPSM tem contribuições imprescindíveis para os estudos nas Relações Internacionais.

A abordagem da EPSM nos oferece uma compreensão abrangente do mundo em que vivemos, de suas contradições e principalmente de sua dimensão relacional. Especificamente no campo das Relações Internacionais a EPSM revela novas possibilidades de pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

_____. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinsburg e Teresa C. S. Mota. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

VIEIRA, P.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

VIEIRA, R. L. A globalização econômica: diferentes leituras de um processo histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 167, n. 433, p.101-110, out./dez. 2006.

_____. *O arquétipo do capitalismo: uma construção*. 2010. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VOIGT, M. R. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118, jul./dez. 2007.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Tradução Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2010.

_____. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P.; VIEIRA, R. L. ; FILOMENO, F. A. (Org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28.

_____. *O moderno sistema-mundo*. Tradução Carlos Leite, Fátima Martins e Joel Lisboa. Porto: Afrontamento, [197-?]. v. 1.